



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2011

Secretaria da Fazenda - SEFAZ

Fortaleza, março de 2012



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETARIA DA FAZENDA

Carlos Mauro Benevides Filho

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO

Ana Lúcia Lima Gadelha

ELABORAÇÃO

COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL

Sandra Maria Olimpio Machado

Célia Maria Soares

Luiza Ondina Santos Mota

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG

Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson

Daniele Passos de Lima Albuquerque

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisco José Rodrigues Freire Júnior

Maria Neuman Ribeiro Moreira

Christiane de Sousa Peixoto – Apoio técnico

COLABORAÇÃO TÉCNICA SEPLAG

Antenor Barbosa Filho

Marcelo Correia Lima da Rocha

Maria Carmelita Sampaio Colares

Marta Maria Rebouças de Albuquerque

SUMÁRIO

ANÁLISE SETORIAL

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: INCREMENTO NA RECEITA TRIBUTÁRIA

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.2.2. Influência Produto-Resultado

2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO JUNTO À SOCIEDADE

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

2.2.2. Influência Produto-Resultado

3. RESULTADO SETORIAL: SATISFAÇÃO DO CLIENTE NO ATENDIMENTO

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

3.2.2. Influência Produto-Resultado

4. RESULTADO SETORIAL: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

4.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 4

4.2. Relação Produto-Resultado

4.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

4.2.2. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS Janeiro a Dezembro de 2011

Secretaria da Fazenda – SEFAZ

POLÍTICA SETORIAL

A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, com a missão de captar e gerir recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado, atender às demandas da sociedade e promover a cidadania fiscal, construiu, em seu Planejamento Estratégico, um cenário atual, identificando seus limites e possibilidades, no tocante ao integral cumprimento das atividades de sua área de competência, para que fosse traçada e alcançada uma visão futura desejável no horizonte de tempo definido pela instituição .

Nesse sentido, as ações programadas, amplamente compartilhadas por seus integrantes, foram alinhadas com o Plano de Governo, com os instrumentos legais de planejamento (LDO, LOA e PPA) e com a Matriz de Gestão por Resultados, que tem o objetivo de monitorar e avaliar os programas e políticas de governo.

O financiamento de parte dessas ações se deu mediante as ações do PROFISCO, linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada à Modernização da Gestão Fiscal, bem como do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das administrações Estaduais – PMAE, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O êxito dos projetos definidos no Planejamento Estratégico da SEFAZ comprova-se pelos resultados alcançados, no período 2006/2011, no tocante à arrecadação própria que manteve a tendência de crescimento, a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional, com vieses nem sempre favoráveis à economia estadual, além de sofrer a influência da política fiscal com a desoneração da tributação de diversos produtos selecionados.

Vale destacar ainda a adesão do Estado do Ceará ao Programa Microempreendedor Individual - MEI, possibilitando que pequenos empresários saíssem da informalidade (Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008), e os microempreendedores individuais, incluindo: camelôs, ambulantes, vendedoras de cosméticos, verdureiros, cabeleireiros, eletricitas e outros profissionais, que exercem suas atividades informalmente os quais, ao se regularizarem, auferem condições especiais para o desenvolvimento de suas atividades dentro do mercado formal, de acordo com a lei.

O Programa Sua Nota Vale Dinheiro tem beneficiado tanto pessoas físicas como jurídicas, apresentando-se como um eficiente meio de consolidação de um projeto de caráter educativo, extensivo e permanente, que incentiva a emissão do documento fiscal, premiando aos que aderiram ao programa com uma porcentagem do valor das notas fiscais solicitadas aos estabelecimentos comerciais e entregues à SEFAZ.

O Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, uma outra área de competência da SEFAZ, tem contribuído, sobremaneira, para atrair empresas, com absorção e disseminação de novas tecnologias, aumento da oferta de empregos diretos e indiretos, influenciando na promoção do desenvolvimento industrial e socioeconômico do Estado.

Outro resultado alcançado relaciona-se à redução da carga tributária nos setores - construção civil, higiene pessoal, alimentos, combustível, medicamentos, granito, sorvetes e picolés, segurança pessoal, material escolar, bicicletas, peças de veículo automotor e agricultura familiar), propiciando às empresas cearenses maior competitividade em relação às empresas de outros estados, além de ampliar o volume de compras e de vendas no mercado local, redução gradual da carga tributária praticada pelo Estado em alguns produtos, alargando o universo e o número de contribuintes, alavancando, significativamente, a arrecadação Estadual.

Merece destaque também, a implantação do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse Normalizado – SATURNO, possibilitando a automatização, o repasse e o gerenciamento das transferências constitucionais dos tributos referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, ICMS, IPVA, e Royalties aos municípios. Além disso, esse Sistema também é responsável : pela publicação das informações das transferências referidas ao Portal de Transparência Pública do Governo do Estado; a implantação do Sistema de Fluxo de Caixa Otimizado, adotando uma estratégia de planejamento e controle financeiro, permitindo programar os ingressos e os desembolsos de caixa do Estado de forma criteriosa, proporcionando, também, margem de tempo suficiente para que as medidas de financiamento adequadas sejam implantadas. Ainda no âmbito do Sistema de Arrecadação, mencione-se a implantação do Novo Sistema da Dívida Pública, elaborado em 2008, tendo como premissas os dados do sistema anterior, a integração ao Sistema de Execução Orçamentária e Financeira do Estado, o gerenciamento de risco e a adequação aos ditames legais; e a implantação do Sistema de Conciliação Bancária, que permite a perfeita identificação e lançamento contábil de todas as movimentações das contas do Estado.

Concomitantemente à execução dos projetos já mencionados, destaque-se a Formatação do Plano de Contas Nacional - PCN, Revisão e remodelagem do processo de despesa, Elaboração de normas e procedimentos patrimoniais. Todos esses componentes são fundamentais para implementação, em conjunto, com o módulo de contabilidade do Sistema de Gestão Governamental por Resultado – S2GPR, que entra em produção em 2012, sendo o Ceará pioneiro ao lado do Mato Grosso, e com a observância das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP.

Sob a ótica do aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas, o Governo do Estado do Ceará continua respeitando a legislação pertinente. Em relação à Dívida Pública, cabe ressaltar que a Capacidade de Pagamento anual, limitada a 11,5% da Receita Corrente Líquida, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, vem se mantendo abaixo do limite, desde 2007

Em relação ao atendimento “à regra de ouro” do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, que é acordado todos os anos com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado, mercê do esforço continuado ao longo dos últimos

anos, permanecerá em situação privilegiada com seus números apontando para atingir nos próximos anos superávit nominal.

Com relação aos investimentos, o Governo do Estado do Ceará, através de uma política fiscal responsável e eficiente, tendo em vista a gestão crível de seu endividamento, vem permitindo a implementação de uma política de investimento sustentável. A partir do momento que os recursos deixam de ser destinados para o pagamento de compromissos financeiros, pode-se utilizá-los para aplicação em despesas de investimentos, visando à melhoria da qualidade de vida da população cearense. Esta política também tem atuado de forma anticíclica, permitindo ao Estado do Ceará alcance desempenhos maiores que a média nacional em um cenário de crise global.

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
1. Incremento na receita tributária							
Percentual de crescimento nominal do ICMS (1)	18,62	5,25	20,04	8,29	19,80	10,50	80,92
2. Fortalecimento das ações de conscientização junto à Sociedade							
Nº de Pessoas beneficiadas com educação fiscal	960	653	407	3.177	8.419	5.893	513,85
3. Satisfação do cliente no atendimento							
Índice de satisfação do cliente (2)	40	(...)	87,3	(...)	(...)	(...)	-
4. Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas							
Capacidade de investimento do Tesouro (Receita Corrente – Despesa Corrente) (R\$ milhão) (3)	1.047,9	1.288,2	1.777,4	1.240,2	1.297,5	1.881,2	79,52
Nível de Endividamento – LRF (4)	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,19	-68,33

Notas: (1) Inclui Principal + Multa + Juros + Dívida Ativa (Salientando, o percentual que indica o crescimento da arrecadação de ICMS é calculado, considerando a receita do ano base em relação ao ano de referência).

(2) Percentual de solicitações atendidas satisfatoriamente.

(3) A metodologia foi alterada, passando-se a não deduzir as amortizações por considera-las despesa de capital.

(4) Proporção da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida. Indica quanto da Receita Corrente Líquida é necessário para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo, deduzidas as disponibilidades de caixa.

1. RESULTADO SETORIAL: INCREMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

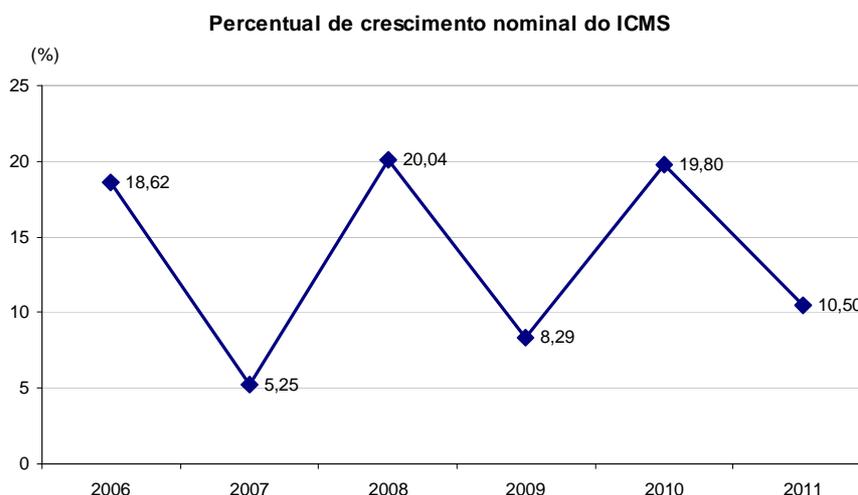
1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.1.1. Percentual de crescimento nominal do ICMS

A arrecadação do ICMS, no período de 2006 a 2011, atingiu o crescimento em termos nominais de 80,92%, correspondendo a uma elevação da arrecadação superior a R\$ 3,03 bilhões, nos últimos 5 anos.

Neste período a Administração Tributária adotou diversas ações que permitiram a modernização da gestão fazendária e o aumento significativo da receita do ICMS, por meio de medidas que demonstraram o efetivo esforço de implantar ações para aperfeiçoar os mecanismos de combate à sonegação e para evitar a evasão fiscal, bem como ampliar a capacidade de recolhimento dos contribuintes, embasado na redução gradual da carga tributária que, neste período, atingiu diversos produtos dos mais variados setores e segmentos econômicos. Essa redução propiciou às empresas cearenses maior competitividade em relação às empresas de outros estados, além de ampliar as compras e as vendas no mercado local, fomentando o dinamismo da economia cearense.

Esse desempenho também deve ser creditado, em especial, ao esforço de arrecadação proporcionado por uma ação fiscal efetiva, que adota mecanismo de controle e monitoramento do cumprimento das obrigações principal e assessoria dos contribuintes, por meio de cruzamentos de informações fiscais e sistemas informatizados.



1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: situações onde o realizado se situa no intervalo de 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO (019) – São três os produtos integrantes do programa, que contribuem para o Resultado Setorial 1: **Incremento da Receita Tributária**. Dois deles tiveram desempenho positivo em termos de cumprimento de metas no ano de 2011 e um apresentou desempenho neutro, conforme detalhamento a seguir:

“Cadastro Sincronizado Implantado” (Meta: 95%; Realizado: 95%) - Conclui-se que o desempenho do projeto é satisfatório, entretanto, convém destacar que os procedimentos complementares para a finalização do projeto no que se refere à integração das informações cadastrais por intermédio da REDESIM depende das seguintes ações: Criação do Subcomitê Estadual, cuja proposta de Decreto de Regulamentação está sendo sugerida pelo SEBRAE e definição do Órgão Integrador (previsão de que este órgão possa ser a Junta Comercial do Estado ou a própria Secretaria da Fazenda), após a publicação da legislação regulamentadora do Projeto.

“Escrituração digital implantada” (Meta: 90; Realizado: 100), findando o ano de 2011 com 6.700 contribuintes obrigados a Escrituração Fiscal Digital - EFD. A obrigatoriedade se deu por opção, solicitação do próprio contribuinte, e por determinação em legislação estadual. Em 2012, em cumprimento ao Protocolo ICMS 03/2011, estarão obrigados todos os contribuintes do Ceará, exceto contribuinte do Simples Nacional. Serão totalizados 17.000 contribuintes obrigados a EFD.

“Sistema de Automação Implantado” (Meta: 45; Realizado: 29,6), com 65,8% da meta prevista para o ano de 2011, o produto teve desempenho neutro. A tabela abaixo explicita o andamento do projeto com os respectivos percentuais de execução:

Percentual de Andamento do Projeto					
Item	Valor Contratado	% Rateio	Valor Executado	% Exec. Item	% Exec. Total
Construções dos Postos Fiscais	48.230.618,25	46,10	28.624.989,95	59,35	27,36
Aquisição dos Scanner	45.108.710,40	43,12	2.346.708,43	5,20	2,24
Cél. Informações e Operações Fiscais - CIOF	6.089.639,22	5,82		0,00	0,00
Aquisição de Balanças Dinâmicas	5.182.793,16	4,95		0,00	0,00
TOTAL	104.611.761,03	100,00	30.971.698,38	29,61	29,61

O projeto contempla a construção de 04 (quatro) postos fiscais, aquisição de scanner e balanças e um Centro de Informações e Operações Fiscais - CIOF, a saber:

- Posto Fiscal Tianguá – Obra com execução de 98,37%;
- Posto Fiscal Penaforte – Obra com execução de 67,28% com inauguração prevista para janeiro/2012;
- Posto Fiscal Asa Branca – Obra com execução de 26,37% com conclusão prevista para março/2012;
- Posto Fiscal Aracati – Projeto em fase de replanejamento em razão de alterações, estando no momento sendo executado serviços de limpeza do terreno sem que tenha havido nenhuma medição;
- Aquisição de Scanner – Até o momento foram adquiridos apenas 2 (dois) scanners estando previsto o recebimento de mais 2 (dois) até final do exercício. Quanto aos equipamentos já recebidos, foram pagos 40% do valor total, sendo que o restante somente será pago após os testes de aferição, quando se conclui o processo de recebimento;

- CIOF – Este item encontra-se em fase de elaboração do edital para darmos início ao processo licitatório;
- Aquisição de balanças – 2 (duas) balanças encontram-se em fase final de execução no PF Tianguá.

1.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial 1: **Incremento na Receita Tributária** é aferido pelo indicador Percentual de Crescimento Nominal do ICMS, que apresentou oscilações no período de 2006 a 2011, mas sempre com variação percentual anual positiva. No período analisado a variação percentual do valor nominal de arrecadação foi igual a 80,92%, superior à variação da inflação no mesmo período, que medida pelo IPCA-IBGE foi de 34,25%, portanto comprovando o crescimento real da arrecadação.

Para a concretização do resultado Setorial 1, foram realizados três produtos, todos com desempenho satisfatório em termos de cumprimento de metas no ano de 2011, podendo-se dizer, portanto, que há uma influência positiva dos produtos sobre o resultado.

O Cadastro Sincronizado Nacional possibilita a integração dos procedimentos cadastrais relativos às Pessoas Jurídicas e demais entidades no âmbito das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos demais órgãos e entidades que participem do processo de formalização e legalização de empresas. A sua implantação permitirá a simplificação da burocracia nos procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresas. A base do Projeto não é a formação de um cadastro único e sim uma sincronização entre os diversos cadastros existentes – todos passando a refletir as mesmas informações cadastrais, respeitando-se as demandas dos órgãos e entidades convenientes, em relação à necessidade de informações específicas de cada um. Com o cadastro sincronizado haverá uma única entrada de dados e conseqüente uniformização das bases de informações.

Em 2011 ocorreram alterações na estratégia de implementação do Cadastro Sincronizado, haja vista a nova plataforma tecnológica definida para transmissões das informações entre os Entes federativos. Isso porque a Lei 11.598/2007, que propõe a criação da REDESIM, estabelece que a Receita Federal continue como Integrador Nacional, porém os Estados se encarregariam das integrações com seus municípios, Secretarias, Junta Comercial, Cartórios, Corpo de Bombeiros, etc, permitindo o compartilhamento das mesmas informações. Diante deste novo direcionamento, o Estado do Ceará está em fase de definição de qual órgão será o Integrador Estadual, assim como criação do Subcomitê de Avaliação, cuja regulamentação está sendo sugerida pelo SEBRAE para que seja posteriormente elaborado Decreto Estadual. Superadas essas etapas, o Cadastro Sincronizado terá como integrador a REDESIM. O que demonstra a evolução do processo de cadastramento com agilização dos procedimentos do Fisco Estadual.

Quanto ao “Sistema de Automação Implantado” pode-se fazer as seguintes considerações:

Scanner em relação a meta de arrecadação: Pelo fato do equipamento permitir a fiscalização de carga de forma não intrusiva proporciona maior índice de ações fiscais no combate a sonegação fiscal e conseqüentemente maior inibição a pratica da sonegação.

Scanner em relação ao Sistema de Automação: O scanneamento da carga permite um rápido batimento da carga transportada com os produtos indicados nas notas fiscais, possibilitando identificar a presença de carga sem indicação nas notas fiscais.

Sitran: O Sistema Sitram compõe o grande sistema de automação tendo como função o controle das operações realizadas pelos contribuintes do Ceará, para tanto, o sitram se compõe de cinco subsistemas: Sinfa, Sicred, Sipaj, Siscoi e Sisguarda que contribuem com o sistema de automação da seguinte forma:

- Sinfa – permite ao usuário pessoa física ou jurídica não contribuinte do ICMS a emissão de nota fiscal avulsa com maior segurança ao fisco inibindo possíveis práticas de sonegação, bem como, maior conforto a esses usuários uma vez que o sistema está disponibilizado na internet;
- Sicred – Permite maior segurança ao fisco no controle dos débitos oriundos do credenciamento;
- Sipaj – Maior controle das ações judiciais demandadas contra a Sefaz com seus respectivos impactos financeiros negativos, bem como, controle dos termos de acordos que tem impacto na tributação das operações;
- Sitram Saída – Agilizar e permitir melhor controle das operações de saída promovidas por contribuintes do Ceará;
- Sitram entrada - Agilizar de forma mais segura e melhor qualidade a cobrança do tributo devido nas operações destinadas ao Ceará.

No que se refere à “Escrituração Digital Implantada”, no ano de 2011 deu-se a consolidação do Projeto desenvolvido em parceria entre os Fiscos Estadual e Federal, que abrange a Escrituração Fiscal Digital - EFD e Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

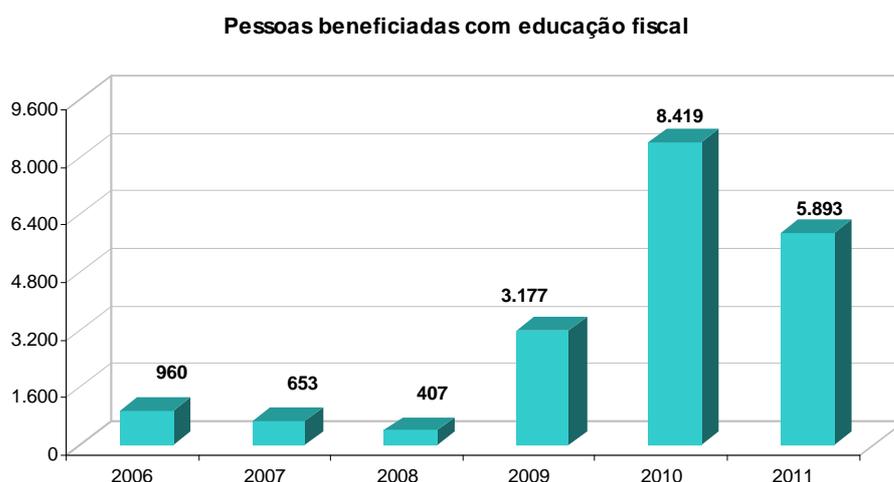
2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO JUNTO À SOCIEDADE

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.1.1. Número de pessoas beneficiadas com educação fiscal

Em 2011, embora o indicador tenha atingido a meta proposta de 5.000 pessoas beneficiadas, ocorreu um decréscimo de 30% em relação ao ano de 2010. Em virtude do público alvo prioritário, das ações de

Educação Fiscal, ser os professores da SEDUC e Secretaria Municipal de Educação, o movimento grevista de 2011 impossibilitou a realização de alguns cursos, palestras e oficinas. Mas, de forma quantitativa, o nosso produto âncora, que é o - Curso de Disseminador de Educação Fiscal, Módulo à Distância, em parceria com a ESAF, SEDUC e Secretaria de Educação do Município, registrou um aumento de 32%, passando de 798 participantes em 2010 para 1.053 em 2011.



2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Programa de Educação Fiscal – PEF (166) – O desempenho do produto integrante do programa foi medido por dois indicadores: “Número de treinamentos realizados” (Meta: 40; Realizado: 40), e “Número de campanhas educativas realizadas” (Meta: 6; Realizado: 6), ambos com desempenhos positivo.

Atingiram-se as metas previstas de número de treinamentos realizados em 40 e número de campanhas educativas no total de 06.

Foram realizados 40 cursos sobre Educação Fiscal, abaixo especificados:

- ✦ Curso de Disseminadores de Educação Fiscal à Distância – ESAF (02);
- ✦ Curso de Monitor de Educação Fiscal – Programa Sua Nota Vale Dinheiro (10);
- ✦ Curso de Cidadania Fiscal em parceria com a STDS e SEFAZ, para o Programa Jovens Aprendiz (45);

Vale ressaltar que nesse item somente foram computados 02(dois) cursos, pois os demais foram desenvolvidos pelos instrutores da STDS, treinados pela SEFAZ e apenas foi monitorado o desenvolvimento dos demais 43 cursos.

- ⤴ Curso de Cidadania Fiscal (04);
- ⤴ Curso de Aprofundamento Teórico para Instrutores em Educação Fiscal (01);
- ⤴ Curso de Formação de Tutores (01);
- ⤴ Curso Presencial em Educação Fiscal para Professores, no Interior do Estado e na Região Metropolitana (17);
- ⤴ Curso de Educação Fiscal e Cidadania para A Sociedade Civil (03).

Campanhas Educativas, a seguir discriminadas (06):

- ⤴ 11 Palestras em Escolas e Instituições de Ensino (01)
- ⤴ Fóruns em Educação Fiscal nas cidades de Ipu, Ibiapina e Maranguape (03);
- ⤴ Oficinas para Tutores a Distância, juntamente com a CGU, no dia dedicado à Criança Cidadã (02).

2.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

A verificação do alcance do resultado estratégico 2: **Fortalecimento das ações de conscientização junto à Sociedade**, foi feita através da análise de evolução do indicador “Número de Pessoas beneficiadas com educação fiscal” que apresentou desempenho positivo no período analisado.

Em favor do alcance do resultado pretendido foi ofertado o produto “Campanha educativa realizada” mensurada pelos indicadores “Número de treinamentos realizados” e “Número de campanhas educativas realizadas”.

O grande diferencial de 2011, com relação aos demais anos analisados, foi a consolidação do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, Módulo à Distância, com o incremento de 30% no número de participantes, ampliando a capacidade de ação do Programa, haja vista que os referidos disseminadores desenvolverão projetos em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento de Educação do Estado, incrementando uma rede de abrangência e interiorizando as ações de Educação Fiscal, em todo o Ceará. Dessa forma, acredita-se que se possa vislumbrar, no futuro, uma sociedade esclarecida e atuante, principalmente no combate à sonegação e a corrupção, através de sua participação ativa no Controle Social e na aplicação dos recursos públicos.

Após 13 anos de existência do Programa de Educação Fiscal, no ano de 2011, foi inserido na missão dessa Instituição, o tema Cidadania Fiscal, o que demonstra maior aceitação pelo público interno da SEFAZ, além de conferir maior sustentabilidade ao Programa.

3. RESULTADO SETORIAL: SATISFAÇÃO DO CLIENTE NO ATENDIMENTO

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.1.1. Índice de satisfação do cliente

Em 2011 não foi realizada pesquisa de satisfação do cliente. Durante o segundo semestre iniciou-se a elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa especializada nesse tipo de serviço. Em virtude da mudança da fonte pagadora, Tesouro para BID, a pesquisa só será realizada no primeiro semestre de 2012. Atualmente, o processo licitatório (11520937-9) tramita na PGE, registrando-se que no dia 03/01/2012 já fora publicado no DOE a Manifestação de Interesse. Espera-se que em 120 dias a pesquisa esteja concluída.

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO (019) - O Projeto Atendimento de Excelência ao Cidadão ainda está em andamento. Ações estão sendo efetivadas no âmbito de:

- Reformas nas instalações físicas das unidades de atendimento;
- Aquisição de novos Terminais de Autoatendimento;
- Aquisição de novas centrais telefônicas;
- Expansão do Call Center e chat mediante o Portal do Contribuinte;
- Gestão do atendimento presencial através de novas tecnologias;
- Virtualização de serviços via Web.

As melhorias citadas serão implementadas na unidade de atendimento Água Fria a título de experiência para futuramente ser replicada em outras unidades distribuídas na capital e interior.

3.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

A implantação do Projeto Atendimento de Excelência ao Cidadão tem como objetivo principal o fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade, visando atingir a excelência dos serviços

prestados a seus usuários. Sendo necessário, para isso, estabelecer uma cultura de gerenciamento do atendimento dentro de um modelo sustentável e de melhoria contínua.

Na busca pela melhoria nos indicadores de desempenho a SEFAZ tem como meta estabelecida o seguinte:

1. Alcançar índice de satisfação de excelência igual ou superior a 95% até 2014;
2. Aumentar em 40% os tipos de transações oferecidas no ambiente Web até 2014;
3. Reduzir em 70% as reclamações na Ouvidoria até 2014.

4. RESULTADO SETORIAL: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

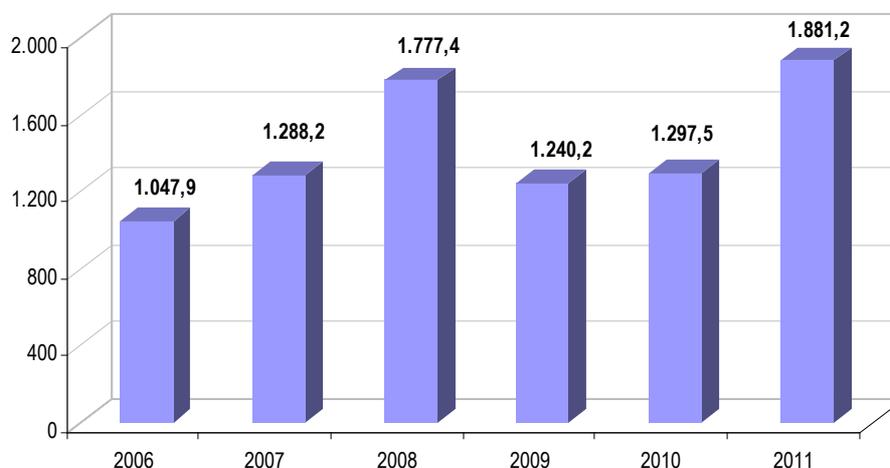
4.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 4

4.1.1. Capacidade de investimento do Tesouro (Receita Corrente – Despesa Corrente) (R\$ milhão)

Representa o valor disponível de receitas do tesouro que poderia, a critério do governo, ser usado para investimento. É obtido através da diferença entre a Receita Corrente e a soma das Despesas Correntes. Anteriormente este indicador retirava também as amortizações. Porém, foi alterada a metodologia sendo desconsideradas essas amortizações, tendo em vista serem despesa de capital.

No período analisado observa-se que a capacidade de investimento do Tesouro vem se mantendo em níveis elevados, permitindo uma liberdade financeira aos gestores do Estado do Ceará.

Capacidade de investimento do Tesouro (R\$milhão)*



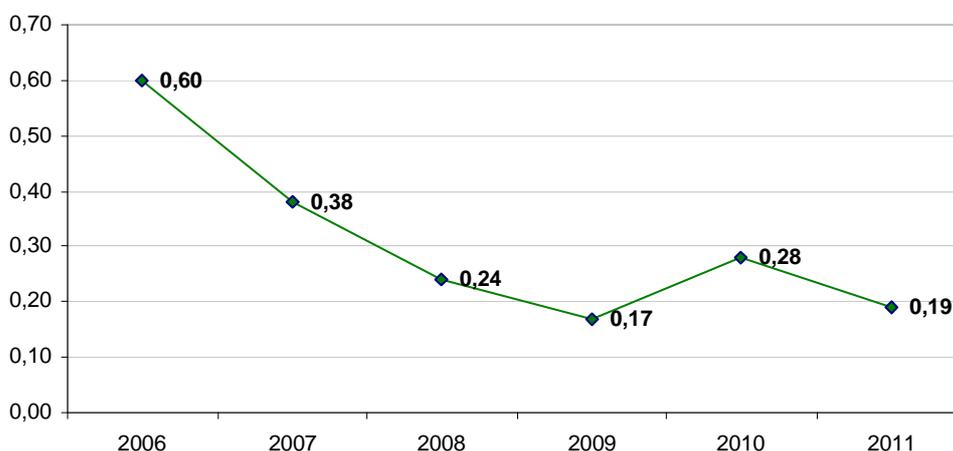
* (Receita Corrente - Despesa Corrente)

4.1.2. Nível de Endividamento (proporção em relação à Receita Líquida)

É a proporção da Dívida Consolidada Líquida - DCL sobre a Receita Corrente Líquida - RCL. Indica quanto da Receita Corrente Líquida é necessária para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo, deduzidas as disponibilidades de caixa (DCL / RCL). O limite da dívida, estabelecido pela Lei de Responsabilidade fiscal – LRF, é que a Dívida Consolidada Líquida seja inferior a duas vezes a Receita Corrente Líquida ($DCL < 2(RCL)$).

O nível de endividamento do Estado do Ceará vem obedecendo aos limites da LRF, demonstrando a disciplina fiscal do Estado. O desempenho deste indicador confirma a responsabilidade com que os gestores do Estado têm tratado a dívida pública.

Nível de Endividamento – LRF*



* Razão da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida.

4.2. Relação Produto-Resultado

4.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO (019) – O projeto de implementação do novo sistema da dívida pública foi elaborado em 2008, tendo como premissas os dados do sistema anterior e a sua modernização, integração ao Sistema Integrado de Contabilidade-SIC, gerenciamento de risco e sua adequação aos ditames legais.

Dois produtos integram este programa: “Projeto implantado - Sistema de controle da dívida pública” e “Modelo de Gestão de Fluxo de Caixa implantado” ambos medidos pelo percentual de andamento do projeto.

Com relação ao “Projeto implantado - Sistema de controle da dívida pública” (Meta: 100; Realizado: 100), o Sistema foi implantado em dez/2010 e a base de dados do antigo foi migrado para o novo. Os sistemas permaneceram operando em paralelo, até agosto de 2011, e os erros detectados foram corrigidos. Atualmente o sistema está implantado e em funcionamento, com 100% de alcance da meta para 2011. Quanto ao “Modelo de Gestão de Fluxo de Caixa implantado” (Meta: 100; Realizado: 100), o projeto também foi implantado.

4.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O Sistema de Fluxo de Caixa Otimizado empresta maior contribuição ao equilíbrio entre maximização do retorno financeiro e o grau de risco aceitável, preservando a liquidez necessária para honrar os compromissos. O referido sistema adotou uma estratégia de planejamento e controle financeiro, que permite programar os ingressos e os desembolsos de caixa, de forma mais criteriosa. Proporciona, também, margem de tempo suficiente para que as medidas de financiamento adequadas sejam implantadas. A sistemática parte da premissa de que a previsão de posições superavitária ou deficitária com antecedência constitui a essência da gestão da liquidez. Portanto, a projeção do fluxo de caixa com maior precisão importa na redução de custos financeiros, além de potencializar a obtenção de retorno sobre os capitais a serem aplicados.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

A Missão da Secretaria da Fazenda é “*Captar e gerir os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado e promover a cidadania fiscal*”, o que impõe ao órgão arrecadador o desafio de implementar iniciativas que conduzam à eficiência das ações fiscais equilibrando as demandas sociais à disponibilidade de recursos. Dessa forma, é imperativo investir na modernização da máquina arrecadadora, o que implica tecnologias inovadoras, implementação de novas técnicas, aperfeiçoamento de métodos e processos, desenvolvimento de pessoas e excelência no atendimento.

Através de programas prioritários inseridos nos eixos Economia para uma Vida Melhor e Gestão Ética, Eficiente e Participativa, a Secretaria da Fazenda desenvolveu, durante o período em análise, ações de modernização e integração de dados, voltadas para o incremento da receita; desenvolvimento de soluções de sistemas de gestão financeira; Educação Fiscal e melhoria da satisfação do cliente.

Os resultados alcançados pela política da SEFAZ vêm comprovando sua eficiência. A arrecadação de ICMS manteve uma tendência de crescimento no período de 2006 a 2011, tendo alcançado crescimento nominal de 80,92%, a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional, que nem sempre se mantiveram favoráveis. Isto retrata o sucesso do conjunto de ações convergentes definidas, ratificando que a estratégia adotada foi a melhor opção.

III. LIÇÕES APRENDIDAS

A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará atuou, no período de 2007 a 2010, com base em seu Planejamento Estratégico definido para o período. Esse planejamento norteou a identificação de potencialidades e limitações que serviram de cenário para que fosse traçada uma visão futura desejável através do estabelecimento de metas. Permitiu, portanto, a formulação de projetos em diversas áreas de atuação, que puderam ser visualizados e compartilhados por todos os integrantes da Secretaria da Fazenda.

Os investimentos provenientes da fonte tesouro e das fontes externas, BID e BNDES, foram, em grande parte, alocados nos projetos: Sistema Público de Escrituração Digital; Cadastro Sincronizado; Automação dos Postos Fiscais; Educação Fiscal; Atendimento de Excelência ao Cidadão; Sistema de Controle da Dívida Pública e Sistema de Fluxo de Caixa.

O Estado do Ceará aderiu à Linha de Crédito PROFISCO/BID, visando à implementação do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará. No desenvolvimento desse Programa, destaca-se o desenvolvimento da ferramenta para solicitação e controle de desembolsos dos recursos do financiamento, que utiliza informações provenientes do sistema de administração financeira do Estado do Ceará e que deve ser aplicada apenas aos projetos que não utilizem fundo rotativo na execução financeira do empréstimo.

O Programa de Educação Fiscal do Ceará inovou em sua metodologia, na realização de um Curso de Educação Fiscal através da Fundação Demócrito Rocha, em 12 fascículos, veiculados no jornal O Povo, com adesão de mais de 35 mil participantes, e solidificou sua educação a distância, por meio do Curso de Disseminadores, promovido pela ESAF. Com isso, a missão de prover o Estado de recursos para atendimento das condições sociais básicas também é exercida através da disseminação de informações e valores, em um processo educacional voltado para o exercício da cidadania por cada membro da sociedade.

O Projeto Atendimento de Excelência ao Cidadão está em andamento. A partir do resultado da pesquisa de satisfação de clientes, realizada em 2008, foi contratada empresa de consultoria especializada no desenvolvimento de soluções de melhorias no atendimento. O objetivo do projeto é modernizar os procedimentos e aplicar novas tecnologias aos processos de atendimento da SEFAZ, para atingir a excelência dos serviços prestados aos cidadãos usuários.